



Psicologia Ciência e Profissão
ISSN: 1414-9893
revista@pol.org.br
Conselho Federal de Psicologia
Brasil

de Villemor-Amaral, Anna Elisa
A validade teórica em avaliação psicológica
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 28, núm. 1, marzo, 2008, pp. 98-109
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021760008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

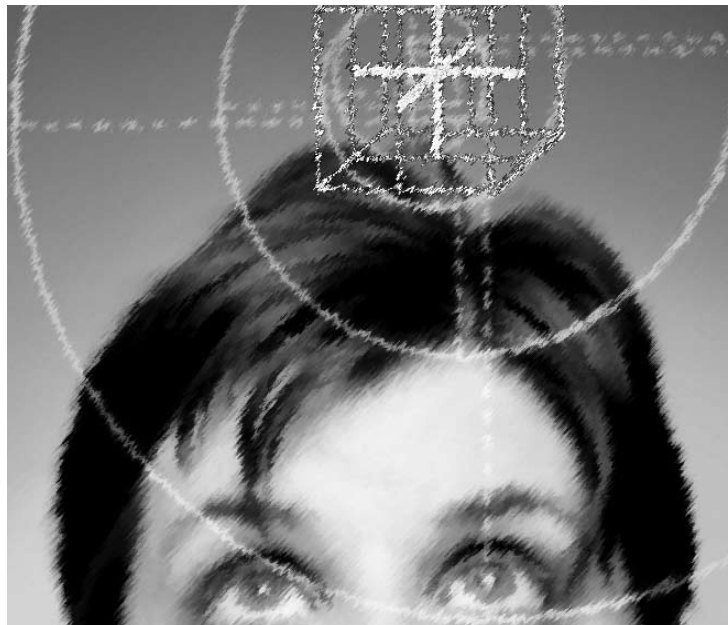
A Validade Teórica em Avaliação Psicológica

The theoretical validity in psychological assessment

Anna Elisa de
Villemor-Amaral

Universidade São Francisco

Artigo



Resumo: O objetivo deste texto é argumentar sobre a importância do respaldo teórico na interpretação de técnicas projetivas, ou métodos de auto-expressão, conferindo-lhes validade para além do que a psicometria permite. Procura-se demonstrar os pontos comuns em diversas teorias que elucidam a maneira como se estrutura a mente e a personalidade e como conteúdos ideacionais e afetivos são organizados em redes complexas. Uma vez que as respostas nas situações de investigação psicológica reproduzem os componentes afetivos e ideacionais das redes mentais, suas conexões e a qualidade das construções resultantes, que são consideradas coerentes e razoáveis em relação ao que foi experimentado pela pessoa examinada, o que interessa são as configurações e a dramaturgia presentes bem como sua plausibilidade em relação ao vivido, e não necessariamente quantidades e sintomas. Sendo assim, a validade das interpretações deve ser considerada principalmente a partir da teoria, erguida sobre observações clínicas anteriores, e sua fidedignidade só é possível com base no domínio do conhecimento teórico, da experiência clínica e do desenvolvimento mental do profissional que investiga.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Métodos projetivos. Métodos de auto-expressão. Validade teórica.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the importance of the theoretical endorsement in the interpretation of projective techniques, or auto-expression methods, beyond the validity allowed by psychometric techniques. This paper aims to demonstrate the common points in various theories on the conceptions about the mind and its nature and how ideational and affective contents are organized in nets. As the answers in the situations of psychological assessment reproduce the affective and ideational components of the mental nets as well as their quality, that are seen as coherent and reasonable constructions in relation to what has been experienced by the examined person, the focus of the analysis are the configurations and the drama, not necessarily quantities and symptoms. So, the validity of the interpretations can be considered from the theory, raised on previous clinical observations, and their legitimacy is possible only on the basis of the theoretical knowledge, the clinical experience and the mental development of the psychologist.

Keywords: Psychological assessment. Projective techniques. Auto-expression methods. Theoretical validity.

Um grande desafio atualmente, na área da avaliação psicológica, é comprovar a validade de certos procedimentos diagnósticos face ao imperativo ético de se chegar a conclusões confiáveis, fidedignas e, sobretudo, úteis, apoiadas em metodologias científicas atuais.

Quando se busca demonstrar a validade de métodos projetivos, nem sempre os modelos psicométricos colaboram com a tarefa, já que muitos dos fenômenos investigados por essas técnicas são absolutamente singulares, o que inviabiliza a possibilidade de repetição em diversos sujeitos, ou em grupos de sujeitos, tendo como critério essas singularidades. Isso aumenta o desafio de validar o instrumento por meio da estatística, mas nem por isso tal propósito deve ser negligenciado, principalmente considerando-se que diversos

estudos têm alcançado progressos nesse sentido - ainda que de modo lento, às custas de grande esforço e nem sempre com resultados tão satisfatórios quanto o esperado.

Em contrapartida, parece ter ficado fora das considerações no meio científico outros modos de se validar instrumentos, igualmente importantes. Em psicometria, relacionam-se várias estratégias, com denominações diferentes conforme os objetivos e modos de verificação, mas esses procedimentos não contemplam algumas peculiaridades dos métodos projetivos. O conceito de validade clínica, trazido por Tavares (2003), contribui muito para a argumentação de que um dado extraído de um teste pode ser validado e considerado fidedigno, com base em comparações entre resultados e

observações a partir de fontes diversas, ou por vários observadores, feitas sobre o mesmo indivíduo. A idéia central aqui é de que a observação sob diversos prismas propicia a apreensão de fenômenos que estão além do comportamento manifesto, ou sintoma, a fim de melhor ajudá-lo. Cada técnica de investigação empregada, considerando-se testes, entrevistas livres e outros modos de observação, visa a compreender como a pessoa processa o nível interno, e todas podem ser interpretadas sob pontos de vista diversos, como é o caso do Rorschach ou das escalas Wecshler, em que análises formais complementam análises de conteúdo.

O que não fica suficientemente enfatizado na argumentação de Tavares (2003) é o papel da teoria, ou de diversas teorias de personalidade e de desenvolvimento humano, para validação das inferências feitas a partir dos resultados obtidos por meio dos métodos projetivos, uma vez que cada procedimento de investigação possui um respaldo teórico, seja ele qual for. Permanece, assim, o desafio de legitimar as interpretações extraídas de materiais ditos projetivos e verificar se, por meio dos mesmos, apreende-se de fato o que se pretende apreender sobre o universo psíquico individual.

Neste trabalho, o que se procura esboçar é uma argumentação que evidencie o quanto determinados pressupostos teóricos são, por si mesmos, suficientes para legitimar o uso e a validade de certos métodos de investigação bem como as inferências e as interpretações extraídas da produção de cada indivíduo. Um método de investigação pode ser definido como um meio de gerar dados sobre a pessoa, salientando-se, assim, uma distinção entre métodos e testes propriamente ditos, uma vez que estes últimos têm o propósito de medir algo (Weiner, 2000). Ora, se a idéia de que métodos servem para gerar dados e testes para medir alguma coisa for útil para marcar diferenças significativas entre os instrumentos de avaliação, não se pode esperar que os meios para validação sejam os mesmos em ambas as situações. Sendo assim, teoria e procedimentos

estatísticos se combinam, podendo um ser mais apropriado como fonte de validade do que outro, dependendo do instrumento de investigação em questão. É importante destacar o valor dos procedimentos de medida em Psicologia sem, contudo, desmerecer outros modos de investigação que geram dados a ser interpretados, com base num sólido respaldo teórico, a respeito de fenômenos psíquicos de difícil mensuração. Destaca-se, assim, a complementaridade de formas de validação de uma série de procedimentos, e, do mesmo modo, são considerados complementares como fontes de investigação.

É importante enfatizar ainda que toda a metodologia projetiva se origina e tem sua principal aplicabilidade no contexto clínico, mas pode, contudo, ser útil em outros campos de aplicação. Seu modelo se assemelha ao modelo terapêutico, de modo que investigação e tratamento seguem os mesmos princípios e dependem das mesmas condições: a presença do interlocutor – investigador ou terapeuta – que cumpre um papel de tradutor de símbolos e sinais, cujo sentido paradoxalmente se produz na relação que, nesse caso, é mediada pelos instrumentos de investigação escolhidos para esse fim.

Para desenvolver a idéia de que a teoria não só pode como deve validar um método projetivo, serão abordados conceitos fundamentais da Psicologia observados nos alicerces de diversas construções teóricas, ainda que nem sempre de modo evidente ou ainda com denominações diferentes. Antes, porém, convém lembrar que os métodos projetivos têm sua base fundamental na teoria psicanalítica bem como nos desenvolvimentos e expansões do conceito de projeção, e que determinadas concepções psicanalíticas aí envolvidas se referem a fenômenos psíquicos reconhecidos e demonstrados, sob ângulos diferentes e com propósitos distintos, em outros contextos teóricos, não exclusivos da psicanálise. Trata-se de concepções originadas no pressuposto das inter-relações entre afeto e cognição na construção da mente, suas vicissitudes ao longo do desenvolvimento humano, suas

-“Pois é! Um instante é breve, porém sua medida é variável! Depende do lugar, da pessoa, dos costumes, do jeito de cada um ser, do conceito de tempo, que é uma coisa muito particular.”

relações com os conceitos de saúde e doença e suas implicações em termos de qualidade de vida.

Sem condições de espaço e tempo para um aprofundamento em algumas abordagens teóricas, busca-se aqui apenas destacar certas intersecções que, grosso modo, podem servir ao objetivo deste artigo. Para isso, serão retomados conceitos fundamentais da psicanálise, da psicopatologia fenomenológica e das teorias cognitivistas e construtivistas que enfocam a percepção, o pensamento e a linguagem. Não há dúvida de que essa proposta de reflexão é um tanto arriscada, já que muito extensa, e é importante frisar uma vez mais que se visa a registrar o que em diversas teorias aparentemente muito distintas pode ser considerado, sob certa perspectiva, pontos de convergência ou similaridade que apóiem a argumentação pretendida.

O mensurável e o não mensurável: as dimensões de espaço e tempo

Quanto tempo significa o até? Essa pergunta intitula uma crônica de Ignácio de Loyola Brandão (Brandão, 2006), em sua coluna semanal do Estadão, sobre dois velhos colegas que se reencontram em uma alfaiataria na Rua da Consolação, em São Paulo. Entremendo a prosaica conversa sobre encomendar e provar roupas, o autor indaga do amigo sobre sua curiosa obsessão:

- “Como vão as medições?”

- “Não tenho feito muito progresso, mas continuo...”

- “Nenhuma conclusão até agora?”

- “As coisas variam enormemente, é difícil conseguir determinantes fixas. Tenho esperança que, com o desenvolvimento da tecnologia, eu possa conseguir instrumentos mais adequados. Trabalho com equipamentos rudimentares, talvez seja meu erro. Tem gente que me acha amador.”

O diálogo continua mais adiante:

- “Olhe que tenho estudado e me dedicado. Esta mesma noite acordei, levantei e consultei todas as anotações sobre o instante. Quanto tempo dura um instante? Quando o sol estava nascendo, pensei ter chegado a uma conclusão, cochilei, me perdi”.

- “Um instante. Um instante é um tempo muito breve.”

- “Pois é! Um instante é breve, porém sua medida é variável! Depende do lugar, da pessoa, dos costumes, do jeito de cada um ser, do conceito de tempo, que é uma coisa muito particular.”

Outro trecho da crônica:

Sua meta de vida é conseguir medir tudo: a duração do antes, do depois, do já, de um instante, de um momento, o daqui a pouco, o daqui a um tempo, o algum tempo atrás, o espera um pouco. Certo período desejava definir quanto tempo é o primeiro, antes de se transformar em segundo, depois em terceiro.

O tempo do primeiro é o mesmo do segundo e do terceiro ou as coisas caminham em progressão aritmética? Confesso que ele me dava nó na cabeça...

O diálogo entre os amigos prossegue numa sucessão de indagações do gênero até que, na hora de se despedirem...

Quase me despedi com um até já; me contive e disse apenas “até qualquer dia.” Ele apanhou um bloquinho. “Até! Interessante. Quanto tempo significa o até?”

Essa crônica divertida e provocativa vem a propósito das concepções que se pretende abordar inicialmente, que se referem ao espaço e tempo vividos e suas relações com as teorias psicológicas. As noções de espaço e tempo são subjetivas, não há novidade nisso, embora o tempo possa ser medido em minutos, horas, dias, e o espaço possa ser medido em centímetros, metros ou quilômetros. Essas dimensões, em seus aspectos objetivos, são

muito distintas de seus aspectos subjetivos, impossíveis de medir, já que não correspondem ao espaço transcorrido pelos ponteiros do relógio. “O tempo voa” ou “o tempo se arrasta” são vivências opostas cabíveis no mesmo intervalo marcado pelos tique-taques, para quem tem pressa, em contraposição a quem está com tédio. Também a mesma distância é longa quando se tem pressa de chegar ou curta demais quando não se quer partir.

Como medir a vivência subjetiva do tempo e do espaço, como avaliar o muito, o pouco, o imenso, o apertado, o rápido, o devagar? Usando-se a média das impressões subjetivas sobre a distância entre dois pontos? Sim, esse seria um caminho possível, mas que não nos diria nada sobre o *quantum* vivido pelo indivíduo ou sobre a vivência desse tempo em relação aos outros tempos vividos pelo mesmo indivíduo, para o mesmo intervalo marcado no relógio, ou aos quilômetros percorridos.

Intersecções teóricas

Para começar a delinear a argumentação sobre o embasamento teórico dos métodos projetivos dentro desses dois vetores – tempo e espaço –, é importante lembrar que Minkowski (citado por Helman, 1971), em sua obra *O Tempo Vivido (Le Temps Vécu)* discorre sobre essa questão e demonstra como o tempo vivido se expressa nas diversas formas de manifestação da pessoa, em suas ações, linguagem, pensamentos e sintomas, sendo fenomenologicamente observável por meio dos mecanismos fundamentais de ligação e corte ou, no original, *lien* e *coupure*.

A sua psicopatologia fenômeno-estrutural é fundada em uma tipologia que envolve dois pólos de funcionamento mental – o epilepto-sensorial, no qual predominam os mecanismos de ligação, e o esquizo-racional, no qual predomina o corte. No tipo epilepto-sensorial, a ligação com a realidade concreta por meio dos sentidos é predominante, e também prevalecem os mecanismos de ligação na vivência subjetiva e imbricada de tempo e espaço. Há maior proximidade entre o sujeito

e o objeto, o sentido tátil é mais presente e a fala é mais impregnada de tempos verbais contínuos e elementos de conexão como artigos e preposições, o que mostra uma ilação maior entre os diversos componentes da experiência, provenientes tanto do mundo externo quanto do interno.

O tipo esquizo-racional, para quem os mecanismos de corte são predominantes, está mais distante da realidade concreta sensorial, usa mais os processos racionais, é menos emocional ou cinético e, em sua linguagem, observam-se frases mais esquemáticas, com mais substantivos do que verbos e com menos conectivos. A teoria de Minkowski é complexa, apóia-se nas concepções de Bergson (citado por Barthélémy, 1994, e por Sacks, 2004), e não é o objetivo neste momento estender essa questão, pretendendo-se simplesmente chamar a atenção para a ênfase dada aos mecanismos de corte e ligação e para a construção de uma psicopatologia, bem como de uma abordagem diagnóstica e terapêutica fundada nesses pressupostos e pautada na análise das estruturas da linguagem ou pictóricas produzidas pelas pessoas (Villemor-Amaral, 2004).

As considerações sobre o tempo vivido e sua repercussão na estrutura mental também aparecem em inúmeros trabalhos de Oliver Sacks (Sacks, 2004), em suas explicações sobre certos distúrbios neurológicos, como é o caso de seu texto *A Torrente da Consciência*, com apoio parcial nos textos de Bergson, de 1908. Além disso, a literatura em neurociências hoje, freqüentemente, remete às redes neurais e aos registros que se conectam, desconectam ou re-conectam, demonstrando fisiologicamente a ocorrência das construções associativas que estruturam a mente.

No desenvolvimento da teoria psicanalítica, destacam-se as concepções sobre mecanismos de defesa e fenômenos psíquicos, tais como cisões, recalques, projeções, introjeções, deslocamentos, condensações, e assim por diante. Esses mecanismos, necessários à adaptação e à sobrevivência física e mental,

Em Bion (1997), as concepções de elementos alfa e elementos beta constituem, na psicanálise, um novo modo de conceber a maneira como a experiência vivida vai sendo assimilada, integrando estruturas mentais mais ou menos elaboradas e transformando experiências sensoriais em elementos para pensar.

quando não são bem-sucedidos, resultam nos sintomas neuróticos ou psicóticos, cuja trama ou enredo subjacente repousa nas experiências vividas e nos destinos dados aos impulsos e satisfação dos desejos, nas relações entre o eu e o mundo. Também em Klein (1934/1983), as concepções de posição esquizo-paranóide, na qual predomina a cisão, e as de posição depressiva, decorrente da possibilidade de integração do objeto, remetem inevitavelmente à idéia de que a mente humana seja uma estrutura dinâmica construída a partir das integrações ou cisões entre impulsos da natureza humana, experiências vividas e seus registros, na forma de representações em imagens ou palavras, e os afetos. Trata-se de concepções que remetem a uma mecânica, ou engenharia mental, regida por cortes e ligações que tecem ou rompem a trama que constitui o universo psíquico de cada um.

Em Bion (1997), as concepções de elementos alfa e elementos beta constituem, na psicanálise, um novo modo de conceber a maneira como a experiência vivida vai sendo assimilada, integrando estruturas mentais mais ou menos elaboradas e transformando experiências sensoriais em elementos para pensar.

Talvez as contribuições mais recentes e geniais com relação às dimensões de espaço e tempo na psicopatologia psicanalítica tenham sido trazidas por Green (2001). Em sua obra sobre o tempo fragmentado, Green demonstra que a noção de espaço foi mais claramente desenvolvida em psicanálise desde os escritos de Freud e mais facilmente assimilada pelos analistas que o sucederam, não ocorrendo o mesmo com a noção de tempo. Entretanto, Green demonstra que, já no *Projeto para uma Psicologia Científica* (Freud, 1895/1979), encontram-se formulações que remetem a uma concepção não linear do tempo, pouco enfatizada nos desenvolvimentos teóricos posteriores.

Segundo Green (2001), a idéia do espaço como um vetor crucial para a organização da mente é mais visível em autores como

Winnicott, com sua concepção de espaço transicional, ou em Bion, com as concepções de continente-contido, entre outras. Essas mesmas concepções de espaço são apreensíveis na obra de Green (1995) sobre o negativo, na qual demonstra o quanto os conceitos de figura e fundo provenientes da teoria da percepção constituem elementos indissociáveis, figura que só existe em contraste com o fundo. Nessa obra, fica clara a idéia de que o negativo é a marca da ausência do objeto, cuja presença não pode ser reconhecida senão a partir da ausência, o que marca o ponto de vista espacial na teoria desse autor.

Por outro lado, a referência ao tempo é bem menor na teoria psicanalítica, e aparece quase que exclusivamente como o sentido linear do desenvolvimento. No entanto, Green (2001) chama a atenção para a idéia extraída de Winnicott (1971), de que, para o registro da presença do objeto, um tempo-limite, que varia de indivíduo para indivíduo, não pode ser ultrapassado, com o risco de que, mesmo na presença do objeto, seu registro se perca, permanecendo apenas seu negativo, o registro da ausência. Depreende-se daí um modo distinto, porém correlato, de conceber os mecanismos de ligação ou corte entre os diversos elementos psíquicos, orientados pelas vivências de espaço e tempo.

Sendo assim, é possível considerar que a organização do mundo mental e seu desenvolvimento para melhor adaptação ao mundo externo, como garantia da sobrevivência física ou mental, não podem ser concebidos independentemente das noções de espaço e tempo, em suas dimensões objetivas e subjetivas. Na psicanálise, para além da teorização que envolve uma cronologia desenvolvimentista que caminha *pari passu* com o desenvolvimento biológico e que rege a estruturação psíquica, observa-se que os princípios de conexão ou desconexão entre afetos e representações, por sua vez, que são movidos pela busca do prazer e pela evitação do sofrimento e, ao mesmo tempo, regidos pelo princípio de realidade, são o que orquestra a organização mental de cada

um. Mas o que propicia certas conexões, e não outras, e suas conseqüências mais adaptativas ou mais patológicas envolve as relações de contigüidade ou similaridade entre os elementos conectados, regidos pelas dimensões espaço-temporais não lineares, mas em espiral, ou em redes construídas a partir da experiência de cada indivíduo associadas às suas disposições biológicas.

Em sua *Interpretação dos Sonhos*, Freud (1900/1979) revela as leis que regem a formação das imagens oníricas, pautadas nas condensações e deslocamentos, para depois demonstrar que os sintomas se organizam sob os mesmos princípios, assim como a psicopatologia da vida cotidiana refletida nos atos falhos, esquecimentos ou chistes.

Embora pareça demasiado inserir mais uma teoria nessa argumentação, é impossível evitar a lembrança a respeito das contribuições de Wundt (citado por Berlink, 2006) sobre a Gestalt, que trazem a concepção fundamental de que um conjunto não é somativo nem aditivo e que demonstram as leis que regem a percepção. Anzieu (1978) já comentara que as contribuições da Gestalt são tão importantes quanto as da psicanálise para fundamentar as técnicas projetivas.

Seria igualmente difícil, neste momento, ignorar uma outra vertente teórica, comumente apartada das discussões psicanalíticas ou fenomenológicas que se referem ao desenvolvimento cognitivo, enraizada nas idéias de Piaget (1978), que originaram as teorias construtivistas, bem como nas de Vygotsky (1991), que acrescentaram as influências sociais no desenvolvimento do pensamento e da linguagem. É muito interessante observar, na obra de Abreu e Roso (2003), as explicações sobre as terapias cognitivas e construtivistas, que demonstram ser o conhecimento uma organização pessoal, arquitetada e organizada individualmente, e que a construção de significados retrata a maneira como cada organismo como um todo se organiza nas suas trocas com o mundo, estabelecendo as conexões. Esses

autores argumentam ainda que a construção de significados gerada na consciência advém da percepção de conteúdos corpóreos que têm uma condição de pré-conceitualidade e inconsciência, retomando, sem mencioná-lo, as idéias originais de Freud (1900/1979).

Mas, evitando-se abrir demais o leque de concepções a serem examinadas, deixar-se-á para outro momento um exame mais minucioso sobre essas teorias e as implicações correspondentes às dimensões reais e subjetivas de espaço e tempo que as mesmas comportam. Por outro lado, embora essas concepções desenvolvimentistas e construtivistas sejam fundamentais para compreender a mente e sua evolução no sentido de uma compreensão cada vez mais complexa e coerente sobre si mesmo e sobre as experiências vividas, raramente aparecem integradas na literatura da psicanálise, apesar de permearem subliminarmente toda a teoria da técnica psicanalítica. Seria necessário um exame bastante minucioso para rastrear e indicar onde se observam as convergências do construtivismo com a teoria psicanalítica bem como com a teoria da técnica psicanalítica, e o objetivo deste artigo não abrange tamanha extensão. Entretanto, mencionar essas convergências é igualmente útil para a continuidade da presente argumentação, cuja finalidade é a de demonstrar o quanto as teorias de que dispomos validam os procedimentos de investigação psicológica que não se beneficiam suficientemente da psicomетria.

Assim, as concepções psicanalíticas são, em certa medida, desenvolvimentistas, cognitivistas e construtivistas – “A verdade tem que ser construída, mais que reconstruída” (Green, 2001, p. 49) – embora isso nem sempre esteja explicitado na literatura concernente. Visto que as concepções provenientes dessas vertentes teóricas se encontram subjacentes às interpretações inferidas a partir do que nos contam ou de como se expressam nossos clientes, resta demonstrar como essas teorizações estão impregnadas, de modo mais implícito ou mais direto, das questões relativas à vivência de espaço e tempo, que subjazem aos mecanismos de integração ou

dissociação dos elementos do mundo interno entre si – afetos e representações registradas na memória – e destes com os elementos do mundo externo – reais e objetivos – para demonstrar, finalmente, como as produções chamadas projetivas evidenciam e revelam tais fenômenos.

Tanto a teoria psicanalítica quanto a psicopatologia fenômeno-estrutural evidenciam, a seu modo, a presença de dois tipos opostos de forças, integradoras e desintegradoras. Ambas as forças têm como função defender o eu de pressões que provêm do ambiente, ou seja, tanto integração ou ligação quanto cisão ou corte atuam em benefício do equilíbrio psíquico do sujeito; entretanto, a oscilação de um pólo para o outro, isto é, do extremo da cisão para o extremo da ligação é influenciada, segundo a psicanálise, pelo embate entre princípio da realidade e princípio do prazer, sendo o princípio da realidade aqui compreendido tanto na perspectiva da maturidade biológica quanto no que se refere ao acúmulo de experiências vivenciadas que auxiliam o fortalecimento do funcionamento do eu. Freud (1925/1979), em Inibição, Sintoma e Angústia, fala no encadeamento e na compulsão à síntese como reflexos do desenvolvimento do ego. Isso remete à reflexão sobre, por exemplo, como a frágil estruturação egóica observada nos quadros *borderline*, fenômeno patológico que se sobressai atualmente, poderia ser, de certa forma, compreendida como fruto da subversão das vivências de espaço e tempo resultantes dos avanços tecnológicos. É como se o mundo virtual – que corrompe essas dimensões de espaço e tempo e sua distinção, até então binária, entre o real e o vivido – “enlouquecesse” a mente na medida em que introduz essa terceira dimensão que flutua entre o real e o vivido: o virtual.

A percepção adequada da realidade depende da quantidade e qualidade das integrações e dissociações que o sujeito faz, na sua relação com os fatos objetivos do mundo externo no presente, e que são pautadas por um passado introjetado e registrado de forma

não linear. Nas diversas perspectivas teóricas mencionadas, a boa percepção da realidade depende do modo como o estímulo é captado – distorcido ou não – e o quanto é integrado com outros elementos provenientes do mundo externo e interno. Para a psicopatologia fenômeno-estrutural, o ímpeto sensorio-motor é o que determina a aproximação com o real, sendo a sensorialidade a sua principal via de acesso, para a qual a proximidade no espaço e também no tempo é condição *sine qua non*. Já para a psicanálise, as experiências vividas, pela relação mãe-bebê formam matrizes constantemente revividas e, quando integradas a novas experiências, demonstram o grau de aproximação com o real, fundado notoriamente na sensorialidade, mas atualizado com níveis de abstração cada vez maiores, que refletem o grau de mentalização (Marty, 1998). A integração e a desintegração dos processos mentais evidenciam maior ou menor grau da maturidade, sendo esta adquirida a partir do acúmulo integrado e organizado de experiências vividas, conjunto harmônico que pode ser interpretado como prova de adaptação à realidade e de saúde. Esse acúmulo integrado e organizado pode ser entendido como redes (Green, 1998) ou construções mentalizadas (Marty, 1998) a partir do sensorial, tanto mais saudáveis ou adaptativas quanto mais forem verossímeis ou plausíveis em relação ao mundo objetivo. Isso, sem dúvida, tem implicações tanto nas avaliações psicológicas que se fazem quando há necessidade de compreender um indivíduo quanto nos tratamentos. Assim, independentemente da abordagem teórica específica, será terapêutico o processo relacional que propiciar, por meio da ajuda da mente do terapeuta/interlocutor, a construção de redes associativas mais coerentes e plausíveis e a concomitante modificação ou desconstrução de redes menos plausíveis, sendo a plausibilidade, nesse contexto, um critério mais confiável, substituto da verdade objetiva, impossível de ser apreendida ou reconstruída.

Assim também estão baseadas as interpretações nos processos de investigação psicológica,

sendo o psicólogo aquele que, ao decifrar sinais e símbolos, tece redes plausíveis, porém até então não facilmente acessíveis ao indivíduo ou grupo investigado. O que permite ao psicólogo esse papel de arquiteto da mente, seja apenas para fotografá-la – investigador, ou para intervir na sua organização – terapeuta, são tanto as teorias que fundamentam seu pensamento quanto um desenvolvimento mental suficientemente bom, ambos requisitos necessários para se diminuir os riscos de construções mais equivocadas ou inadaptadas que as dos próprios pacientes.

A investigação por meio dos métodos de auto-expressão

Evitar-se-á, daqui por diante, o termo método projetivo, que será substituído por método de auto-expressão (Rietzler, 2006), mais condizente com uma argumentação que visa a apoiar a validação teórica em avaliação psicológica em concepções mais abrangentes e a evitar velhos equívocos referentes à extensão do termo projeção. A teoria psicanalítica, bem como as teorizações com pressupostos semelhantes, oferece então, pelo até aqui exposto, as tramas e as construções decorrentes das vicissitudes dos impulsos componentes da natureza humana rumo à estruturação de uma mente capaz de integrar a natureza e a cultura na busca de prazer e na evitação de desprazer, engendrando, assim, os fenômenos psíquicos que configuram doença ou saúde. Na base dessa dinâmica, encontra-se um corpo, hábitat dos sentidos e meio de contato com o mundo externo e objetivo, e uma mente, reino das abstrações que se afastam em graus variados dos sentidos e do universo mais concreto.

Interpretar as produções eliciadas pelos métodos de auto-expressão significa usar parâmetros estruturais e diretrizes temáticas desenvolvidos pelas teorias. Como parâmetros estruturais, entendem-se aquelas conceituações teóricas que apontam a quantidade e qualidade das integrações e dissociações produzidas pela mente e apreensíveis nas diversas modalidades de auto-expressão – verbais, sonoras, motoras, gráficas,

pictóricas, e assim por diante. Trata-se aqui de verificar as redes de conexões produzidas na mente e exteriorizadas em algum tipo de ação quanto ao seu grau de coesão, que é regida pelas vivências de espaço e tempo. Como exemplo, Minkowski (citado por Barthélémy, 1994), ao distinguir o “vago” do “confuso”, nos orienta sobre o modo de compreender as produções do indivíduo, avaliado do ponto de vista estrutural, sendo o vago um produto de arranjos dispersos, permeados por espaços ou distantes no tempo, e o confuso, aquilo que se sobrepõe, aglutina ou contamina e não deixa brecha para discriminar os vários componentes do conjunto.

Assim, seja nos desenhos, nas histórias, seja na estrutura frasal do discurso ou na associação de estímulos não estruturados com imagens registradas na memória, a qualidade estrutural do que está sendo expresso demonstra o grau de organização das estruturas mentais, sua coesão, labilidade, rigidez ou flexibilidade, e aponta o grau de patologia ou saúde no mundo interior. Diferencia-se desse modo o nível de intensidade dos mecanismos de ligação ou corte bem como seus efeitos, distinguindo-se nessa perspectiva, num dos pólos, as integrações que resultam de ligações bem-sucedidas das aglutinações resultantes de ligações malsucedidas. Estão em pólos opostos os cortes bem-sucedidos, que ajudam na discriminação das partes, dos cortes malsucedidos, que resultam nas fragmentações e perda dos nexos associativos e lógicos que garantem a força do eu e um bom contato com o real.

No que diz respeito às diretrizes temáticas para compreensão das produções expressivas, estas se aplicam aos conteúdos expressos, mais do que à forma como são expressos. Os conteúdos dos desenhos, histórias ou verbalizações carregam as produções simbólicas ou metafóricas que, por sua vez, estão impregnadas das experiências vividas na forma de representações e afetos. Sendo assim, as redes sobre as quais primeiramente lançamos um olhar do ponto de vista dos elos,

da força e coesão, portanto, de sua estrutura, serão examinadas, a partir de então, sob o ângulo dos conteúdos das representações e afetos que constituem o tecido dessa rede no seu contraste de figura e fundo. Essas redes são resultantes das conexões entre o vivido, o registrado mnemonicamente no passado, associado de modo não linear e em maior ou menor grau com os estímulos na realidade presente – incluindo o material do instrumento de avaliação e a presença do examinador.

Passado e presente interagem dinamicamente, aproximam-se ou afastam-se conforme o nível de angústia produzida pelos estímulos e suas associações. Isso resulta em novos nexos e novas construções, expressos justamente pelas respostas aos estímulos apresentados na situação de exame. O que é importante ressaltar é que não há como a mente produzir algo totalmente novo, pois em toda produção presente encontram-se as marcas dos registros anteriores, que, por associação, dão significado ao que foi percebido agora. Para Abreu e Roso, “é a partir das construções internas que os clientes atribuem significados à realidade externa” (2003, p. 38). Nenhuma criação parte de um nível zero de matéria-prima.

No caso das avaliações, a matéria-prima que se associa aos estímulos presentes não pode ser outra que não os representantes ideacionais, ou registros mentais, associados a cargas afetivas (Green, 1982) que, por sua vez, só estão assim associadas pelas relações de espaço e tempo, ou, em outras palavras, de similaridade, contigüidade, proximidade real ou fantasiada. Indo um pouco além, tais relações são fruto de redes primárias originadas nas relações estabelecidas no início da vida, primeiro com o próprio corpo, e depois, com os objetos do mundo externo, sempre regidas pela necessidade de sobrevivência e pelo medo do aniquilamento, e conduzidas por mecanismos de corte e ligação que, ao longo do tempo, foram tomando novas configurações, tanto estruturais quanto temáticas ou de conteúdo, conforme as experiências e as possibilidades da natureza de cada um.

Voltando à psicanálise, origem teórica fundadora dos métodos projetivos, esta nos fornece, a partir de observações clínicas minuciosas, realizadas por seu fundador e demais seguidores, as tramas que “recheiam” as construções resultantes das vicissitudes dos impulsos na busca da satisfação de suas necessidades – prazer e mecanismos de defesa decorrentes das inevitáveis impossibilidades de descargas dos impulsos impostas pela cultura. As descrições clínicas que correspondem ao que Freud (1909/1979) certa vez denominou “o romance familiar do neurótico” revelam dinâmicas que envolvem afetos e personagens da vivência individual. Rivalidade, inveja, ciúmes, medo, amor, paixão, desejo e os deslocamentos desses afetos para os personagens de interação no decorrer da vida correspondem à dramaturgia ou enredo que conecta e desconecta as experiências atuais dos registros passados. As estratégias usadas para estabelecer as ligações ou cortes – os chamados mecanismos de defesa – são determinadas pelas condições maturacionais, primeiramente do corpo, e, logo em seguida, de uma mente cada vez mais constituída, de acordo com as possibilidades de cada indivíduo, em cada momento de sua vida. A fantasia é, nesse contexto, nada mais que um enredo distante em diferentes graus do real e objetivo vivido no presente, em certo nível, próximo de sua natureza e necessidades, porém não tão distante a ponto de provocar uma ruptura radical com as dimensões de espaço e tempo reais, o que é observado nas alucinações psicóticas.

Conclusão

Os métodos de avaliação psicológica que propiciam a auto-expressão, mais do que projeções, visam a identificar fenômenos presentes nas produções do examinando; assim, representam tanto os mecanismos que regem seu funcionamento psíquico e a organização da sua estrutura quanto os conteúdos que remetem às etapas da vida, desde seus primórdios e ao longo do tempo, revelando a trama dinâmica das construções e das redes que configuram o universo psíquico individual.

Se é lícito considerar os citados pressupostos teóricos como verdadeiros, fato que se depreende de várias formulações da Psicologia e não apenas da psicanálise, não há como duvidar de que as respostas nas situações de avaliação psicológica reproduzam níveis mais ou menos explícitos. Sob essa perspectiva, tanto os componentes afetivos e ideacionais constituintes das redes mentais quanto a qualidade dessas redes, enquanto construções coerentes e plausíveis em relação aos dados de vida da pessoa, podem ser conhecidos a partir de outras fontes.

Porém, não se trata de fenômenos facilmente mensuráveis, até porque o que interessa são as configurações e a dramaturgia presentes, e não necessariamente as quantidades. Ressalta-se que a validade das interpretações deve ser considerada a partir da teoria, erguida sobre observações clínicas anteriores, e sua fidedignidade só é possível com base no domínio dos conhecimentos teóricos, da experiência clínica e do desenvolvimento mental de quem se propõe a avaliar.

Cumprе acrescentar que qualquer validação dos métodos de auto-expressão que busque correlações com classificações nosográficas baseadas em sintomas pouco obterá do êxito pretendido, como a experiência já tem demonstrado, uma vez que os sintomas psicopatológicos estão, muitas vezes, distantes da trama interna, e constituem apenas a ponta do iceberg. Ora, Freud (1925/1979) já alertara para o fato de que os sintomas são como satélites, ou seja, devem ser compreendidos como algo fora de determinado cenário psíquico, embora sejam parte de sua órbita. Isso não significa rechaçar as nosografias baseadas em sintomas, que têm evidente utilidade como forma de conhecer o outro, desde que estas sirvam de referência enquanto modelos de modos de funcionamento similares, compartilhados por indivíduos, a despeito de suas idiosincrasias.

Mas as avaliações com instrumentos de auto-expressão visam a buscar algo mais do que aquilo que pode ser evidenciado pelo

auto-relato, ou por sintomas, e, para chegar a classificações nosográficas como as do DSM-IV, bastam as entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas, escalas e inventários; nada mais eficiente que eles para esse propósito. Entretanto, para tratamentos que visam a melhor qualidade de vida por meio do desenvolvimento mental e fortalecimento de recursos pessoais para lidar com os problemas, é necessário ampliar a compreensão do indivíduo sobre si mesmo para ajudá-lo a integrar o que não pôde até então ser integrado, preencher lacunas ou discriminar representações e afetos que estejam aglutinados em combinações pouco favoráveis à sua adaptação às circunstâncias de sua vida e de sua história.

Para finalizar, volta-se a enfatizar que argumentar a favor do respaldo teórico como fonte de validação de métodos de exame não significa ignorar o fato de que as análises das respostas podem se pautar em um sistema objetivo de análise, com critérios claramente estabelecidos, procurando-se garantir maior precisão dos resultados quando interpretados por diferentes avaliadores. Além disso, é necessário lembrar que, enquanto métodos com a função de gerar dados, os métodos de auto-expressão dependem em certa medida das possibilidades de expressão do indivíduo examinado face ao tipo de estímulo proposto, que produzem resultados com qualidade variável em cada caso. Nesse ponto, remete-se novamente à obra de Marty (1998) a respeito da capacidade de mentalização.

É justamente devido a essas variâncias de qualidade e complexidade do material coletado para análise e interpretação que as avaliações não podem se basear em um único instrumento, muito menos deixar de levar em conta outras fontes de informação e o próprio contexto de exame. Insere-se aí o principal instrumento, fonte geradora de dados na relação examinador/examinando, que é a entrevista, método privilegiado de investigação psicológica. Mas, escolhendo os métodos apropriados para cada situação, apoiando-se em sólidos conhecimentos teóricos e com

Ora, Freud (1925/1979) já alertara para o fato de que os sintomas são como satélites, ou seja, devem ser compreendidos como algo fora de determinado cenário psíquico, embora sejam parte de sua órbita.

um desenvolvimento mental que o faça compreender as expressões do paciente e integrá-las coerentemente aos pressupostos

teóricos, o psicólogo terá suficiente grau de precisão e confiabilidade para orientar adequadamente aquele que busca ajuda.

Anna Elisa de Villemor-Amaral

Psicóloga, Doutora, professora associada da Universidade São Francisco – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia.

E-mail: anna.villemor@saofrancisco.edu.br

Endereço para correspondência:

Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45 Cep: 13251-900, Itatiba-SP

Recebido 27/04/06 Reformulado 16/11/06 Aprovado 18/12/06

Referências

- Abreu, C. N., & Roso, M. (2003). Psicoterapias cognitiva e construtivista. In C. N. Abreu & M. Roso (Eds.), *Psicoterapias cognitiva e construtivista*. Novas fronteiras da prática clínica. Porto Alegre: Artmed.
- Anzieu, D. (1978). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Barthélémy, J.-M. (1994). Processus, évolution et structure mentale. *Bulletin de Psychologie*, XLVII(416), 474-476.
- Berlink, V. R. (2006). *O teste de completamento de desenhos de Waertegg em profissionais adultos com nível de escolaridade fundamental e médio*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bion, W. (1997). *Os elementos da psicanálise*. Imago: São Paulo.
- Brandão, I. L. (10 de fevereiro de 2006). Quanto tempo significa o até? *O Estado de São Paulo*, Caderno 2.
- Freud, S. (1979). Inhibición, síntoma y angustia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 20). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1979). La interpretación de los sueños. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 4). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1979). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 1). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1979). El romance familiar del neurótico. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 9) Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1909)
- Green, A. (1995). *El trabajo de lo negativo*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Green, A. (1998a). *O discurso vivo. Uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Green, A. (1998b). Sobre a discriminação e a indistiminação do afeto-representação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 32(3), 407-456.
- Green, A. (2001). *El tiempo fragmentado*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Helman, Z. (1971). *La poussée sensori-motrice*. Bruxelas: Dessart.
- Helman, Z. (1983). La vision en image dans la courant de la psychopathologie structurale. *Bulletin de Psychologie*, XXXV(362), 811-819.
- Klein, M. (1983). Una contribución a la psicogénesis de los estados maniaco-depresivos. In M. Klein, *Obras completas* (Vol. 2). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1934)
- Marty, P. (1998). *Mentalização e psicossomática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Piaget, J. (1978). *A Formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rietzler, B. (2006). Aplicações culturais do Rorschach, testes de apercepção e desenho de figuras. In N. Abreu & D. M. Amparo (Eds.), *Métodos projetivos. Instrumentos atuais para a investigação psicológica e da cultura*. São Paulo: Vetor.
- Sacks, O. (15 de fevereiro de 2004). A torrente da consciência. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais.
- Tavares, M. (2003). Validade clínica. *Psico-USF*, Itatiba, 8(2), 125-136.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Villemor-Amaral, A. E. (2004). O método de Rorschach e a psicopatologia fenômeno-estrutural. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 21(1), 73-81.
- Weiner, I. B. (2000). *Princípios da interpretação do Rorschach*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. (1971). *O brincar e a realidade*. Imago: São Paulo.